



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 00.654.914/0001-76 DUNS®: 915895676
Razão Social: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA
Nome Fantasia: SENENGE CONSTRUCAO
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 28/02/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 18/11/2021
FGTS Validade: 06/10/2021
Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 25/02/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 17/10/2021
Receita Municipal Validade: 26/02/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2022



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 00.654.914/0001-76 DUNS®: 915895676
Razão Social: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA
Nome Fantasia: SENENGE CONSTRUCAO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Entidades de Classe

Entidade e UF	N ^a Registro	Data de Validade
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ	000000676-3	31/03/2020



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 00.654.914/0001-76 DUNS®: 915895676
Razão Social: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA
Nome Fantasia: SENENGE CONSTRUCAO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
Data Aplicação: 16/09/2005
Número do Processo: 14.408/2004
Descrição/Justificativa: À EMPRESA SENENGE ENGENHARIA LTDA FOI APLICADA, EM 28/06/2005, A PENA-LIDADE ADMINISTRATIVA DE ADVERTÊNCIA, PREVISTA NO ART. 87, INCISO I DA LEI 8.666/1993, POR ATRASO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO N.º 60/2004.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 510120 - GERÊNCIA EXECUTIVA BELÉM/PA
Data Aplicação: 13/01/2012
Número do Processo: 35166.000492/2009 Número do Contrato: 60/2009
Descrição/Justificativa: Face aos constantes atrasos injustificados no cronograma da obra por exclusiva iniciativa decorrente da negligência técnica da contratada, que por diversas vezes precisou realizar a substituição de materiais empregados que estavam fora das especificações técnicas, descumprindo cláusulas contratuais.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **925942 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**
Data Aplicação: **28/04/2016**
Número do Processo: **PA-MEM-2016/06305** Número do Contrato: **Contrato nº 34/2015**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento do parágrafo oitavo da cláusula décima primeira do Contrato nº 34/2015, nos termos do previsto no item "a", da cláusula décima quarta c/c os artigos 77 e 78, incisos I e II da Lei nº 8666/93.**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA**
Data Aplicação: **08/04/2008**
Número do Processo: **144082004**
Descrição/Justificativa: **Multa aplicada em 19/11/07.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A.REGIAO**
Data Aplicação: **01/10/2018** Valor da Multa: **R\$ 280.403,40**
Número do Processo: **1891/2016** Número do Contrato: **101/2013**
Descrição/Justificativa: **A penalidade de multa fica corrigida para o valor de R\$ 280.403,40 (duzentos e oitenta mil, quatrocentos e três reais e quarenta centavos), com fundamento na decisão Acórdão TRT/PL/RA 0010035-45.2018.5.08.000.**

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **510120 - GERÊNCIA EXECUTIVA BELÉM/PA**
Data Aplicação: **16/06/2015** Valor da Multa: **R\$ 53.471,88**
Número do Processo: **35166000492/2009-** Número do Contrato: **60/2009**
Descrição/Justificativa: **Face ao descumprimento das regras contratuais, Contrato nº 60/2009, Processo nº 35166000492/2009-19, Concorrência 12/2009, Obra: Construção da Aps/Visou/Pa.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **510120 - GERÊNCIA EXECUTIVA BELÉM/PA**
Data Aplicação: **05/05/2015** Valor da Multa: **R\$ 58.151,98**
Número do Processo: **35166003284/11-49** Número do Contrato: **10/2012**
Descrição/Justificativa: **Não execução integral do contrato.**

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **925942 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**
Data Aplicação: **03/05/2017** Valor da Multa: **R\$ 17.490,77**
Número do Processo: **PA-MEM-2016-31009** Número do Contrato: **Contrato 34/2015**
Descrição/Justificativa: **Com fundamento na Cláusula Décima Quarta, alínea d, considerando o descumprimento do prazo para execução dos serviços.**

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A.REGIAO**
Âmbito da Sanção: **Órgão Sancionador**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **27/12/2017** Prazo Final: **26/12/2019**
Número do Processo: **1891/2017** Número do Contrato: **101/2013**
Descrição/Justificativa: **Aplicar a penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal, pelo prazo de dois anos. pORTARIA trt8/presi 1329/2017**

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **510120 - GERÊNCIA EXECUTIVA BELÉM/PA**
Âmbito da Sanção: **Órgão Sancionador**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **13/10/2015** Prazo Final: **12/10/2017**
Número do Processo: **3516600492/09-19** Número do Contrato: **60/2009**
Descrição/Justificativa: **Suspensão de 02 anos de licitar com administração do INSS. Por inexecução parcial do contrato nº 60/2009.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato
UASG Sancionadora: 925942 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador
Prazo: Determinado
Prazo Inicial: 03/05/2017 Prazo Final: 03/11/2017
Número do Processo: PA-MEM-2016/31009 Número do Contrato: Contrato 34/2015
Descrição/Justificativa: Com fundamento na Cláusula Décima Quarta, alínea b, considerando o descumprimento do prazo para execução dos serviços.

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I
Motivo: Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I
UASG Sancionadora: 176019 - BB - CSL - BELO HORIZONTE (MG)
Impeditiva: Não
Prazo Inicial: 20/02/2020
Data Aplicação: 20/02/2020
Número do Processo: 2020/173659(7417) Número do Contrato: 2019.7421.3694
Descrição/Justificativa: Foi aplicada sanção administrativa de Advertência em razão do descumprimento de Cláusulas do contrato 201974213694

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II
Motivo: Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II
UASG Sancionadora: 176019 - BB - CSL - BELO HORIZONTE (MG)
Impeditiva: Não
Prazo Inicial: 20/02/2020
Data Aplicação: 20/02/2020
Número do Processo: 2020/173659(7417) Número do Contrato: 2019.7421.3694
Descrição/Justificativa: Foi aplicada multa por inexecução no valor de R\$ 4.500,00 por descumprimento de cláusulas do contrato 2019.7421.3694

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **176019 - BB - CSL - BELO HORIZONTE (MG)**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **04/06/2020**
Data Aplicação: **04/06/2020**
Número do Processo: **2020/177052(7417)** Número do Contrato: **201974213694**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento da Cláusula Primeira - (Caput e Parágrafo Sexto); Cláusula Segunda - (Parágrafo Terceiro); Cláusula Décima (Parágrafo Quinto); Cláusula Décima Quarta, Documento n 03 - Seção III itens 1.1 "a" e "d" e Documento n 08 do contrato 2019.7421.3694, Valor da Multa R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).**

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **176019 - BB - CSL - BELO HORIZONTE (MG)**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **04/06/2020**
Data Aplicação: **04/06/2020**
Número do Processo: **2020/177052(7417)** Número do Contrato: **201974213694**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento da Cláusula Primeira - (Caput e Parágrafo Sexto); Cláusula Segunda - (Parágrafo Terceiro); Cláusula Décima (Parágrafo Quinto); Cláusula Décima Quarta, Documento n 03 - Seção III itens 1.1 "a" e "d" e Documento n 08 do contrato 2019.7421.3694**

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **148002 - CORREIOS SEDE**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **24/08/2020**
Data Aplicação: **24/08/2020**
Número do Processo: **53180025852202057** Número do Contrato: **CARTA SEI 16778847**
Descrição/Justificativa: **A licitante não encaminhou os documentos de habilitação no prazo de até 08 horas úteis conforme subitem 7.10 do edital. LICITAÇÃO CORREIOS N.º 19000002/2019 - SE/PA**



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 00.654.914/0001-76 DUNS®: 915895676
Razão Social: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA
Nome Fantasia: SENENGE CONSTRUCAO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 00.654.914/0001-76 DUNS®: 915895676
Razão Social: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA
Nome Fantasia: SENENGE CONSTRUCAO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 06/10/2021, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

SENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA

00.654.914/0001-76

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 06/10/2021

Selo digital de segurança: **2021.CTD.W43F.SGAM.F06I.EHH5.U01N**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA**

CPF/CNPJ: **00.654.914/0001-76**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:58:42 do dia 06/10/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: U6YL061021115842

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/10/2021 às 11:59) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 00.654.914/0001-76.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 615D.B9E2.1433.7386 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SENENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA
CNPJ: 00.654.914/0001-76

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 05:30:28 do dia 22/05/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/11/2021.

Código de controle da certidão: **D803.C226.A643.BABA**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **SENGE CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDA**

CPF/CNPJ: **00.654.914/0001-76**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O Sistema CGU-PJ consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 12:02:20 do dia 06/10/2021 , com validade até o dia 05/11/2021.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: dZ6hca6hYBB8bcCmz0Fd

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 00654914000176

CONSULTAR

LIMPAR

Data da consulta: 06/10/2021 11:04:00

Data da última atualização: 05/10/2021 18:01:11

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Detalhar	01.995.649/0001-52 ▲	DISPROL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA/DISPROL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA	MA	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	Inidoneidade - Lei Orgânica TCU	13/08/2020	1
Detalhar	10.660.342/0001-91 ▲	3R - Construcoes e Servicos EIRELI	DF	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF)	Suspensão - Lei de Licitações	12/01/2021	1
Detalhar	04.209.893/0001-30 ▲	3XT CONSTRUCOES E TECNOLOGIA EIRELI;	BA	BANCO DO BRASIL S.A.	Suspensão - Lei das Estatais	Sem informação	1
Detalhar	11.972.928/0001-54	5S ARQUITETURA E DESIGN LTDA.	RS	Prefeitura de Charqueadas (RS)	Inidoneidade - Lei de Licitações	25/06/2014	1
Detalhar	00.489.661/0001-22	AUDIOVISAO ELETROACUSTICA LTDA	RS	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	Impedimento - Lei do Pregão	30/09/2021	1
Detalhar	13.690.975/0001-30	BAHIA FORTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EPP	BA	Prefeitura Municipal de Salvador - BA	Suspensão - Lei de Licitações	19/02/2021	1
Detalhar	17.482.837/0001-17	Casa Maior Construcoes Ltda	MG	Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DEER/MG	Suspensão - Legislação Estadual	19/06/2021	1
Detalhar	94.851.250/0001-89	CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	RS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	Suspensão - Lei de Licitações	25/02/2021	1
Detalhar	10.205.116/0001-10	COMERCIO SILVEIRA ATACADISTA DE MOVEIS MOGI MIRIM EIRELI	SP	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	Suspensão - Lei das Estatais	Sem informação	1
Detalhar	11.132.119/0001-34	Construtora e Premoldados Barbosa Ltda.	MG	Prefeitura de Presidente Bernardes	Inidoneidade - Lei de Licitações	03/07/2015	1
Detalhar	29.767.832/0001-10	Construtora Vieira Ltda	PR	IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	Suspensão - Lei de Licitações	25/11/2020	1

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Detalhar	09.276.784/0001-50	COTEBRAS CONSTRUTORA E CONCESSOES LTDA - ME	DF	Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	Inidoneidade - Lei de Licitações	Sem informação	1
Detalhar	21.137.224/0001-10	CULTIVAR ASSESSORIA AGRICOLA E PECUARIA LTDA ME	MT	BANCO DO BRASIL S.A.	Suspensão - Lei de Licitações	25/08/2020	1
Detalhar	20.078.563/0001-00 	Diver Comercial e Distribuidora-EIRELI/ Standardflex Comercial Multicoisas ME.,	SP	Prefeitura Municipal de Cascavel (PR)	Suspensão - Lei de Licitações	26/01/2021	1
Detalhar	096.477.976-56	Driely Fonseca Maciel Pereira	MG	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDONIA - RO	Suspensão - Legislação Estadual	14/01/2021	1